



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Licenciatura em Administração Pública

Impacto Socioeconómico do Reassentamento Forçado em Moçambique: o caso da
Região de Tenga das famílias afectadas pela construção da ponte Maputo
Catembe (2016 - 2020).

Licencianda: Maria Alfabeto Neves

Supervisor: Mestre Feliciano Simão

Maputo, Agosto de 2021

MARIA ALFABETO NEVES

Impacto Socioeconómico do Reassentamento Forçado em Moçambique: o caso da Região de Tenga das famílias afectadas pela construção da ponte Maputo Catembe (2016 a 2020).

Trabalho de fim do curso a ser apresentado ao Departamento de Ciência Política e Administração Pública, Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública.

Supervisor: Mestre Feliciano Simão

Maputo, Agosto de 2021

Impacto Socioeconómico do Reassentamento Forçado em Moçambique: o caso da Região de
Tenga das famílias afectadas pela construção da ponte Maputo Catembe (2016 a 2020)

O Júri

O Presidente do júri

O Supervisor

O Oponente

Maputo, Agosto de 2021

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau acadêmico, e que constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas, as fontes por mim usadas.

A Licencianda

Maria Alfabeto Neves

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Américo Neves e Rosalina Neves *in memoriam*.
Aos meus filhos Américo, Yuran e Válter, meu esposo Felisberto, minha dupla Amina pelo apoio incondicional e ao meu Irmão/Pai Américo Neves Júnior, por ter acreditado e apostado em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelo dom da vida, pela proteção que me tem concedido dia a pós dia;

Para realização deste trabalho só foi possível através de auxílio prestado por várias pessoas e instituições. A todas essas pessoas gostaria de manifestar a minha pura e mais profunda gratidão, especialmente ao Mestre Feliciano Simão, meu supervisor, pela abertura que teve em aceitar a difícil tarefa de supervisionar este trabalho, sobretudo, pelo encorajamento, pela paciência, pelas críticas, correções, sugestões feitas durante a sua elaboração e por todo apoio prestado, sem o qual não seria possível a realização deste trabalho.

Aos meus irmãos, Hermínio Neves, Lurdes Neves, Américo Neves Júnior, Amina Neves, minha amiga irmã Marata, pelos conselhos e encorajamento que sempre me deram para que eu pudesse seguir com esta difícil tarefa de estudar.

Aos meus colegas do curso, especialmente, Angelina, Eugénia, Hermenegildo, Mazuze, Dimas pelo companheirismo e sobretudo pelo apoio e encorajamento prestado durante a realização deste trabalho. A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a elaboração deste trabalho vai o meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

O propósito do desenvolvimento econômico não deveria ser restrito apenas ao fortalecimento das bases econômicas fundamentais das comunidades, mas também as prover com benefícios sociais adequados

(TERMINSKI, 2013)

RESUMO

O presente estudo debruça sobre o impacto socioeconómico do reassentamento forçado em Moçambique: o caso da região de Tenga das famílias afectadas pela construção da ponte Maputo Catembe (2016 a 2020). O estudo tem como objectivo principal de analisar os impactos exercidos pela construção da ponte sobre a população reassentada na região de Tenga, ao nível do acesso a serviços sociais e na capacidade de sobrevivências e adaptação dos reassentados. A metodologia proposta situa-se no plano de um estudo qualitativo e usou-se uma abordagem hipotético-dedutiva, métodos de procedimento monográfico ou estudo de caso, cuja colecta de dados se circunscreveu em entrevistas e análise documental; em termos de orientação teórica, optou-se pela teoria das redes sociais de Mark, Granovetter. Os resultados obtidos confirmam que o reassentamento da população de Tenga teve um impacto negativo para o custo de vida, isto porque parte do valor disponibilizado às famílias reassentadas deveria cobrir as despesas de transporte para os locais de destino, assim como todos os custos associados com o desbravamento e limpeza dos terrenos, compra de água, etc. Todavia, não foi o verificado naquela região revelando dessa forma que os mecanismos de informação não foram eficazes, havendo um desconhecimento sobre os direitos assistidos às comunidades reassentadas, sobretudo no que respeita aos critérios das indemnizações, à possibilidade de reacção jurídica no caso de discordância, às instituições ou entidades independentes onde possam ser canalizadas as reclamações.

Palavras-chave: *Reassentamento; impacto socio-económico; integração; Tenga.*

ABSTRACT

This study focuses on the socioeconomic impact of forced resettlement in Mozambique: the case of the Tenga region of families affected by the construction of the Maputo Catembe bridge (2016 to 2020). The main objective of the study is to analyze the impacts exerted by the construction of the bridge on the resettled population in the Tenga region, in terms of access to social services and on the survival and adaptation capacity of the resettled. The proposed methodology is situated in the plan of a qualitative study and used a hypothetical-deductive approach, methods of monographic procedure or case study, whose data collection was limited to interviews, and documental analysis; and in terms of theoretical orientation, we opted for social network theory of Mark, Granovetter. The results obtained confirm that the resettlement of the population of Tenga had a negative impact on the cost of living, as part of the amount made available to resettled families should cover transport costs to the destination, as well as all costs associated with clearing and clearing land, purchasing water, etc. however, this was not the case in that region, thus revealing that the information mechanisms were not effective, with a lack of knowledge about the rights of the resettled communities, especially with regard to compensation criteria, the possibility of legal reaction in case of disagreement, to independent institutions or entities where complaints can be channeled.

Keywords: *Resettlement; socio-economic impact; integration; Tenga.*

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	2
1.1. Justificativa	4
1.2. Problematização.....	5
1.3. Hipótese	8
1.4. Objectivos	8
1.4.1. Objectivo Geral.....	8
1.4.2. Objectivos Específicos.....	8
CAPÍTULO II:	9
2.REVISÃO DA LITERATURA	9
2.1. Quadro Teórico	16
2.2. Quadro Conceptual	17
2.2.1. Reassentamento.....	17
2.2.2. Integração social	19
CAPÍTULO III.....	21
3.METODOLOGIA	21
3.1. Tipo de Pesquisa	21
3.2. Método de abordagem.....	21
3.3. Método de procedimento	22
3.4. Técnicas e instrumento de recolha de dados	22
3.5. População.....	23
3.6. Técnica de Amostragem.....	23
CAPÍTULO IV.....	25
4.APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	25
4.1. Perfil sócio-demográfico dos Entrevistados.....	25
4.2. Processo do Reassentamento da População de Tenga	27
4.3. Serviços Públicos Criados com a Construção da ponte Maputo-Catembe	28
4.4. Dificuldades de Acesso ao Transporte.....	31
4.5. Percepção sobre a qualidade de vida da População Reassentada.....	32
4.6. Impacto do reassentamento para o custo de vida das famílias da região de Tenga	34
4.7. As Estratégias de Integração Acionadas pelos Indivíduos Reassentados em Tenga	36
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
APÊNDICE.....	42

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Em Moçambique estão assentes paradigmas de crescimento económico permanente, por meio de uma sociedade de consumo cada vez maior e mais globalizada, e de uma população também em constante crescimento. Neste contexto, nas últimas décadas em Moçambique surgem projectos ditos de desenvolvimento ou de crescimento económico, os quais estão associados a grandes empreendimentos e à construção de grandes infra-estruturas. Estas têm diversos impactos em termos sociais e ambientais, sendo um dos bem visíveis a apropriação de terras onde vivem comunidades, que, por processos mais ou menos forçados, têm de abandonar esses locais.

Neste caso, em 2010, o Governo de Moçambique assinou um contrato com a China Roads and Bridge Constructions (CRBC) com vista à construção de uma ponte entre Maputo e Catembe. A ponte representa um dos maiores projectos do Moçambique pós-independência, tendo sido investidos 725 milhões de dólares para a sua construção, acrescidos de 315 milhões para a ligação rodoviária. 85% deste valor é oriundo de um empréstimo do EXIM Bank da China, e o restante representa uma contribuição do Governo de Moçambique. Com a construção da ponte espera-se estimular o desenvolvimento económico da margem Sul e duplicar a população vivendo na Catembe (Soares, 2016: 59). A ponte e a estrada até à Ponta do Ouro facilitarão a ligação à África do Sul e Suazilândia, estimulando o transporte e o comércio internacional (World Construction Network, 2017).

A construção da ponte implicou o reassentamento de 899 famílias residentes nos bairros da Malanga, Luís Cabral e Gwachane. A partir de Outubro de 2016, as populações foram reinstaladas em três áreas diferentes: 364 em Tenga (distrito de Moamba), 194 em Mahubo (distrito de Boane) e 341 em Catembe (distrito de Catembe), tendo sido estabelecido um acordo sobre os valores das indemnizações. As áreas de destino haviam sido reservadas pelo Governo de Moçambique, mas não dispunham de infra-estruturas urbanas. A Maputo Sul, que desempenhou um papel executivo nesse processo, definiu os valores da compensação em função do tamanho dos terrenos e das características da habitação da família reassentada, tendo prometido a construção de infra-estruturas para estabelecimento de serviços urbanos em torno das áreas de destino (Kiambo, 2017).

Em 2016, foi apresentada a proposta final de compensação no valor de 400 mil meticais, acrescidos de um terreno para construção residencial nas zonas de destino. As fontes da Maputo

Sul referem que as compensações eram compreendidas entre 200.000 e 2.200.000 meticais (Maputo Sul, 2016), mas de acordo com as observações no terreno, verificou-se que as compensações variam entre 200.000 e 1.200.000 meticais (Ozawa 2018).

No entanto, um ano depois do reassentamento as comunicações sociais revelaram que as famílias afetadas pela construção da ponte que liga Maputo e Catembe queixam-se do baixo valor das indemnizações e da falta de condições na zona de reassentamento, na região de Tenga, distrito de Moamba¹.

Partindo do pressuposto de que o reassentamento forçado afecta, em termos socioeconómicos, a vida das pessoas e das comunidades, levando à interrupção do seu quotidiano e a uma potencial quebra das suas redes de ligação, trazendo uma experiência traumática que leva à interrupção desses laços comunitários, criados ao longo de anos de interacção entre a comunidade e com os seus espaços. Este trabalho visa analisar os impactos socioeconómicos da construção da ponte sobre a população reassentada no distrito de Moamba, ao nível do acesso tomando como base as famílias no bairro de Tenga.

Em termos estruturais, o trabalho será composto por 4 capítulos. O primeiro capítulo é referente à introdução no qual apresentam-se: a contextualização do tema em estudo, o objectivo de pesquisa, a problematização, a relevância e a justificativa da pesquisa.

No segundo capítulo, faz-se o enquadramento teórico dos reassentamentos forçados, definindo o conceito, apontando os riscos a eles associados e delimitando-os num contexto político e geográfico no continente africano e, em Moçambique, em particular. No terceiro capítulo aborda-se a metodologia usada para a efectivação da pesquisa, incluindo os conceitos e a operacionalização das variáveis de estudo.

No quarto capítulo, analisar-se-á o caso de estudo com base na pesquisa documental e na observação directa, entrevistas e grupos focais realizados com as populações reassentadas e os técnicos ligados ao reassentamento, tentando-se perceber se o primordial objectivo dos reassentamentos forçados de melhorar a qualidade de vida da população reassentada, foi alcançado. Para tal, serão usadas as categorias e subcategorias definidas nos procedimentos metodológicos. E por fim apresentaremos as conclusões do estudo.

¹Jornal DW. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/fam%C3%ADlias-insatisfeitas-com-indemniza%C3%A7%C3%B5es-para-a-constru%C3%A7%C3%A3o-da-ponte-entre-maputo-e-katembe/a-19365764>. Aceso aos 23 de Abril de 2021.

1.1. Justificativa

Escolheu-se o tema reassentamento por razões pessoais, académicas e sociais, embora as primeiras estejam vinculadas ao domínio académico. Ao longo da revisão da literatura constatou-se que os autores que pesquisaram sobre o fenómeno de reassentamento sob diferentes perspectivas, nenhum deles tenha retratado a capacidade de sobrevivências e adaptação dos reassentados. Este facto despertou o nosso interesse em explorar e relacionar estas variáveis de modo a compreender melhor a dinâmica dos processos de integração das comunidades reassentadas no nosso país.

Durante a revisão da literatura, identificaram-se estudos como de Mosca e Selemane (2007) e Lilywhite, Kemp e Slurman (2015) dos quais obteve-se duas constatações. A primeira é que a produção massiva de estudos sobre o reassentamento em Moçambique está ainda numa fase embrionária. Outra é de que esses estudos tendem a cingir-se na demonstração das condições precárias que caracterizam as zonas de reassentamentos, nas reivindicações dos reassentados, nos conflitos entre estes e as empresas envolvidas, culminando, explicita ou implicitamente, com a culpabilização ou do governo ou das empresas.

Não obstante, quase nada se diz sobre a capacidade de sobrevivências e adaptação dos reassentados e, principalmente, das relações de solidariedade, alianças, de poder e de conflitos que estabelecem entre si. É neste quadro que este estudo traz as suas contribuições ao buscar compreender a integração do ponto de vista de capacidade de sobrevivência e adaptação. É uma dimensão ainda não aprofundada.

A necessidade de abordar este tema prende-se com facto de que normalmente os estudos feitos, mostram a contínua degradação da condição de vida das comunidades reassentadas, relacionada com a ausência de instalação das infraestruturas básicas como o caso de (escolas, hospitais, cemitérios, locais de culto e de recreação, o difícil acesso a água, transporte, posto policial), condicionando deste modo, o bem-estar da comunidade e a sua integração social no local de reassentamento (Selemane, 2010).

A existência de poucos trabalhos investigativos que discutem o impacto destes processos na dimensão social, simbólica e cultural, torna relevante e pertinente esta perspectiva de análise que se propõe fazer, pois, existem inúmeros problemas sociais que as comunidades enfrentam, como resultado das novas dinâmicas sociais que se registam no país, bem como os constrangimentos inerentes aos processos de reassentamento.

Em termos académicos, a realização deste estudo contribuirá para o enriquecimento das ciências sociais, como fontes de informação, considerando o dinamismo dos processos de reassentamento enquanto objeto de estudo.

1.2.Problematização

As questões ligadas ao reassentamento começaram a ser uma grande preocupação nas últimas décadas, nomeadamente em projectos financiados pelos doadores internacionais, e por este motivo o Banco Mundial (BM) adoptou a sua primeira política de reassentamentos involuntários em 1980, depois de ter sido reconhecido que, em muitos casos, a forma como se tentam abreviar os projectos de desenvolvimento leva ao empobrecimento de milhares de pessoas (BANCO MUNDIAL, 2004).

Segundo o Banco Mundial, estes reassentamentos devem ser sempre que possível evitados e, quando isso não é possível, não se devem dirigir somente para a compensação directa dos bens afectados, mas principalmente para o recriar do quotidiano e das estratégias de sobrevivência da população, tendo em vista uma melhoria das condições de vida, de modo a que exista um processo de desenvolvimento paralelo ao projecto (Clark, 2000). O principal objectivo dos reassentamentos deverá ser a melhoria da qualidade de vida da população.

Todavia, evidências empíricas demonstram que os reassentamentos feitos em Moçambique estão longe de proporcionar melhoria da qualidade de vida da população reassentada. Aliado a isso, o estudo realizado em cerca de mil famílias reassentadas devido à construção do Projecto de Carvão Moatize, efectuado pela empresa Vale S.A., na província de Tete, constatou que:

Houve deterioração ao nível da identidade cultural da população, bem como das suas estratégias de sobrevivência – o que se reflecte agora no empobrecimento de algumas famílias e no sentimento, por parte da população, de viver como hóspede e de os novos bairros não lhe pertencerem (Pedro 2011).

De acordo com o relatório do Centro de Integridade Pública de 2010, a Vale adoptou uma estratégia de “dividir para reinar”, transferindo as famílias rurais e desempregadas para uma área longe e infértil, condições que seriam rejeitadas pelas famílias semi-urbanas. Kabemba e Nhancale (s/d), corroboram com esse argumento ressaltando que a Vale utilizou o processo de reassentamento para dividir as comunidades entre aqueles que possuem trabalho formal e aqueles que trabalham na informalidade, dando a impressão de que a parcela da população não educada e não empregada não tem voz, podendo ser deslocada para qualquer lugar.

Com efeito, o programa de reassentamento em Moatize foi alvo de duras críticas e provocou uma ampla resistência das comunidades locais afectadas que, em reação, chegaram a interromper a via-férrea de Sena, utilizada pela Vale para escoamento da sua produção, durante protestos em janeiro de 2012². De fato, as casas entregues às famílias transferidas para o reassentamento de Cateme em nada se assemelhavam ao projeto de casa-modelo apresentado pela Vale ao governo e aos líderes comunitários. As casas foram construídas sem fundações, vigas ou pilares, e em abril de 2010, quando finalizado o processo de reassentamento, já apresentavam rachaduras nas paredes e infiltrações no teto. A multinacional brasileira também atrasou o pagamento da compensação pecuniária às famílias que se recusaram a mudar-se para os reassentamentos propostos pela empresa (SELEMANE, 2012).

Além das críticas à má qualidade das casas, o relatório da *Human Rights Watch* destaca que a Vale havia prometido dois hectares (ha) de terra para cultivo a cada família em 2009. Porém, pelo menos até abril de 2013, ainda não havia entregue o segundo hectare a nenhuma família’

Segundo a *Human Rights Watch* (2012), as famílias também se queixavam da falta de acesso à água, da infertilidade dos solos, da distância e da dificuldade de acesso aos centros urbanos., as famílias relataram que o abastecimento de água era insuficiente para suprir as necessidades da comunidade e que havia interrupções frequentes no fornecimento em função de defeitos nas bombas e problemas na rede elétrica. A infertilidade do solo e a reduzida extensão dos lotes, somadas ao acesso intermitente à água, têm impedido as populações deslocadas de produzir alimentos e criar animais para venda e consumo próprio, tornando-os dependentes da ajuda alimentar.

Além disso, a distância de centros urbanos, como o município de Moatize (a 40 km de Cateme), tem impedido a realização de atividades complementares, como a venda de lenha, carvão vegetal e frutas nos mercados urbanos³. Em suma, segundo Sousa 2016, o reassentamento nessas localidades, sobretudo no caso de Cateme, privou as comunidades afectadas dos seus meios de vida tradicionais, pondo em risco a sua capacidade de autossustentância e independência econômica.

²REUTERS. Vale’s Mozambique coal mine blocked by protesters. Disponível em: [com/article/2013/04/17/mozambique-vale-idUSL5N0D43CB20130417](https://www.reuters.com/article/2013/04/17/mozambique-vale-idUSL5N0D43CB20130417)>. Acesso em: 18.04.2021.

³ ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. The Vale 2012 Unsustainability Report

Na mesma senda, pesquisa realizada em 2018, sobre os impactos sociais do reassentamento populacional na Catembe, constatou igualmente vários problemas da população reassentada. Segundo a autora explica nos seguintes termos:

As pessoas deslocadas têm hoje maiores dificuldades de acesso a hospital, escola e mercado. De facto, comparativamente com o local onde viviam anteriormente, regista-se um aumento da distância em relação a um mercado (147 minutos), a um hospital (133 minutos) e a uma escola secundária (81 minutos). Em Incassene, assiste-se à mesma realidade, na distância a um mercado (154 minutos) e a um hospital (145 minutos), sendo que a distância a uma escola secundária não alterou muito (OZAWA 2018).

A autora supracitada, constatou igualmente que os serviços prestados no centro de saúde existente em Chamissava onde uma parte da população foi reassentada não se comparam aos prestados nos hospitais de Maputo, quer ao nível valências existentes, quer ao nível da medicação disponível.

Segundo o jornal DW do dia 29 de Junho de 2016, as condições das famílias reassentadas na região de Moamba deixam muito a desejar, conforme mostra o depoimento da Lurdes Siteo, de 37 anos, reassentada:

“Não há água, não há energia, não há hospital nem escola. Quando exigimos uma escola, deram-nos um espaço onde temos de ser nós próprios a desbravar a mata. Mas não temos de ser nós a fazer isso, eles é que têm. Cheira-nos a aldrabice.”

Conforme lembra Sousa (2016), a questão dos reassentados forçados se torna ainda mais complicada porque o Estado que provoca o deslocamento é também o responsável pela proteção da população afectada. Os “deslocados do desenvolvimento” são obrigados pelo seu Estado a deslocar-se em nome do “interesse nacional” e a pagar o preço do “bem comum”, a ser usufruído pelos demais. Na maioria dos casos, os afetados são minorias étnicas, populações indígenas ou comunidades tradicionais, isto é, grupos empobrecidos e sem capacidade de influir na agenda governamental, que são obrigados a arcar com os custos do desenvolvimento do qual não se beneficiarão.

Contudo, o argumento do nosso problema sustenta-se nos pressupostos de que os reassentamentos forçados causam uma desestruturação das comunidades, que conduz, geralmente, a impactos muito negativos e difíceis de compensar ou mitigar. Ademais, uma das

preocupações mais importantes ao definir-se um reassentamento é que este deve atender não somente à compensação directa dos bens afectados, mas principalmente à melhoria das condições de vida da população, com grande ênfase na melhoria das suas fontes de rendimento. O principal objectivo dos reassentamentos deverá ser, nesta perspectiva, a melhoria da qualidade de vida da população reassentada.

Olhando para os constrangimentos descritos acima que tendem a demonstrar problemas nos reassentamentos realizados em Moçambique, levantou-se a seguinte questão de partida: *Em que medida o reassentamento das famílias afectadas pela construção da ponte Maputo/Catembe para a região de Tenga contribui para melhoria da qualidade de vida da população reassentada?*

1.3. Hipótese

Dado o limitado recurso das condições criadas na região de reassentamento ainda não há efectivamente melhoria de qualidade de vida da comunidade de Tenga, forçada a deslocar-se do seu lugar de origem, para dar lugar a construção da ponte Maputo Catembe.

1.4. Objectivos

1.4.1. Objectivo Geral

- ✓ Analisar os impactos exercidos pela construção da ponte sobre a população reassentada na região de Tenga, ao nível do acesso a serviços sociais e na capacidade de sobrevivências e adaptação dos reassentados.

1.4.2. Objectivos Específicos

- ✓ Identificar as condições de acesso a serviços sociais das famílias reassentadas em Tenga;
- ✓ Explicar o impacto do reassentamento no custo de vida das famílias da região de Tenga;
- ✓ Analisar a capacidade de sobrevivência e adaptação dos reassentados em Tenga e a sua qualidade de vida.

CAPÍTULO II:

2. REVISÃO DA LITERATURA

Analisar o processo reassentamento enquanto um fenómeno global, tido como um princípio de desenvolvimento, implica ir para além das condições de vida das populações reassentadas, abrangendo várias outras perspectivas de análise, o que requer por sua vez, um estudo mais extensivo e exaustivo.

Porém, o presente trabalho, não fará a discussão de forma exaustiva, mas propõe-se a trazer subsídios suficientes que permitam operacionalizar a discussão do tema.

De acordo com o Banco Mundial, o processo de restabelecimento ou realocação destas comunidades (reassentamentos), deve abranger todas as perdas sociais e económicas, resultantes da perda ou restrição do uso da terra, bem como as consequentes medidas de compensação e mitigação dos impactos negativos inerentes a implementação destes projectos. (PEDRO, 2011).

Este organismo, classifica os reassentamentos resultantes das actividades económicas como sendo involuntários. Isto porque de acordo com o Banco Mundial, o reassentamento nunca é o objectivo principal destes projectos, mas sim implicações da sua implementação (BM,2004).

Manso (2009), realizou um estudo no contexto brasileiro no qual observa que as populações são reassentadas como resultado de projectos agropecuários. Ao longo do processo de deslocação, as famílias enfrentam um conjunto de problemas; contudo, os mais graves foram encontrados no local onde foram reassentadas. Um dos problemas destacados durante o estudo, está relacionado ao isolamento das famílias com relação as cidades vizinhas nas quais poderiam ter acesso a serviços necessários para a sua sobrevivência e segurança.

Em Moçambique o processo de reassentamento é um fenómeno que vem sendo estudado sob diferentes pontos de vista e diferentes perspectivas, no que tange as dimensões em análise, como é o caso dos conflitos que ocorrem ao longo da sua realização, as condições de vida das populações. Considerando o facto de ter-se identificado a tendência de se apontar para os problemas que se manifestam ao longo do reassentamento, não se agrupou os estudos em posições, apenas procurou-se destacar a forma como cada autor sustenta o seu posicionamento.

Notice, Oliveira e Teodoro (2003), afirmam que situações de reassentamento também ocorrem por causas naturais, como as cheias ou secas e outras catástrofes que se tem registado em vários

países. Estas causas revelam-se como sendo mais problemáticas pelo facto das populações tenderem a regressar as zonas das quais tinham saído quando ocorreram as enchentes, estando assim, mais uma vez, sujeitas a serem vítimas dessas calamidades naturais, facto que também ocorre no contexto moçambicano (SILVA, 1994).

Um estudo apresentado por Chambote e Veja (2008), dedicado a exploração ao reassentamento pós-cheias em Moçambique à luz da Estratégia de Reassentamento e Reconstrução (2007/8), constatou-se que as populações reassentadas por motivos de cheias regressam às antigas zonas de residência por várias razões, tais como: o processo cíclico de incumprimento dos programas de reassentamentos pós-cheias bem como a insensibilidade que se tem observado com relação as fracas fontes de subsistência existentes para as comunidades, a falta de alternativas de renda, escassez de infra-estruturas básicas nos locais de reassentamento, fragilidade do manuseamento de saúde pública, fraco acesso a água potável e suspeitas sobre interesses comerciais das terras férteis.

As populações afectadas pelas calamidades são levadas a abandonar as suas zonas de residência, onde se tinham adaptado e desenvolvido mecanismos de sobrevivência para ir viver em zonas nas quais que, para além de implicar novo processo de adaptação na maior parte das vezes não dispõem de condições ou apresentam fracas condições de subsistência.

Os autores apontam para um processo excludente contrário a um reassentamento participativo que poderia permitir a condução da remoção das populações de acordo com as suas condições realísticas. Assim sendo, observa-se a centralização e preocupação desse estudo com as populações que tendem a regressar as zonas de reassentamento.

Em relação a resistência ou permanência das populações nas zonas de risco, Mangore (2009), fez um estudo no distrito de Caia-Sede sobre o impacto que as cheias tiveram sobre as comunidades no período de 2001 a 2008. Estudo intitulado “representações sobre as cheias: o vai e vem das comunidades, estudo de caso das comunidades afectadas pelas cheias”, tinha como objectivo, discutir os impactos das cheias sobre as comunidades abrangidas e a consequente resistência ao abandono dos seus espaços sociais ou locais de origem, afectado pelas cheias.

Neste estudo, Mangore argumentou que as comunidades temem a perda dos seus espaços de sociabilidade, bens materiais e das suas práticas simbólicas periódicas e ao se mudarem definitivamente para as zonas consideradas livres de risco, as suas condições socio-económicas se degradam.

Nesta óptica, o estudo tinha duas vertentes, na qual, uma visava demonstrar o porque das comunidades resistirem em sair das zonas consideradas de risco e optar pelo vai e vem, e noutra vertente compreender o significado que as comunidades atribuem as cheias. Para a autora, existem vários factores, dentre os quais, os sociais, económicos e os simbólicos-culturais que estão por detrás da resistência das comunidades em Caia-Sede em sair das zonas de risco e optar pelo vai e vem.

Por um lado, as populações desta comunidade, resistem em abandonar as zonas de risco, pois está presente a ideia de que foi nesses locais onde nasceram, cresceram e foram socializadas, e onde praticam as suas actividades diárias como a agricultura, a pesca e criação de animais, e saindo dessas zonas as suas condições de vida se degradam pela mudança desse local para o outro. Por outra, o medo de perder as suas práticas, os seus locais sagrados, as cerimónias nesse local e as desigualdades que possam encontrar nas zonas de reassentamentos, está neles patente. Portanto, podemos perceber que na comunidade de Caia-Sede, as populações têm uma forte ligação com os seus espaços de sociabilidade.

Assim sendo, estas comunidades deparam-se com duas realidades antagónicas, e que precisam de passar por um processo de adaptação, e essa adaptação as novas formas de estar e ser não acontecem de forma espontânea e sim por obrigação, porque forçosamente passam a ser membros de novas comunidades.

De acordo com os autores, é importante aprofundar as causas que conduzem ao retorno as antigas zonas de residência. Tendo aprofundado esta dimensão. Os mesmos autores apontam para a falta de condições de vida ou condições improvisadas como sendo uma das principais causas do regresso das populações as zonas de onde forem retiradas, o que faz com que os governos tenham que intervir pontualmente, de modo a evitar que a mesma população seja sistematicamente afetada pelas calamidades naturais (Notice, Oliveira e Teodoro, 2003).

Contudo, Negrão (1997), salienta que muitos dos casos de reassentamento em Moçambique acontecem compulsivamente, isto é, as populações são obrigadas a retirarem-se dos seus locais de residência em curto prazo de tempo, com poucas oportunidades de se prepararem de modo a enfrentar o processo de transferência de forma mais pacífica possível. Como resultado, em muitos casos, os agregados familiares vivenciam o reassentamento enquanto um processo de ruptura com a sua realidade anterior, deixando para trás um conjunto de elementos que já faziam parte de si.

Esses processos de ruptura, de acordo com Negrão (1997), tornam-se mais dolorosos porque as famílias, populações e comunidades apresentam resistência, tanto em abandonar suas casas de onde estão a ser retiradas como em se adaptar as suas novas zonas de residência, muitas vezes aceites com estranheza, devido a problemas de inadequação para a prática de sua actividade produtiva (condições específicas como a fertilidade ou a aproximação a fontes de água, como por exemplo os rios) e de subsistência, da reconfiguração das relações sociais, e do peso associado a rupturas forçadas em relação as suas raízes da cultura tradicional com o passado. Esta resistência apresentada é revelada no momento no qual alguns dos reassentados optam por regressar as suas antigas casas para se restabelecerem novamente.

Araújo (2002), parte do pressuposto segundo o qual, a transferência da população de um lugar para o outro deve ter implicações na melhoria das condições de vida, principalmente quando as causas da sua retirada estão ligadas aos grandes projectos de exploração de recursos naturais.

Lilywhite, Kemp e Slurman (2015), nas suas análises em torno dos processos de reassentamento em Moçambique, incidem sobre os princípios fundamentais contidos nas leis, apontam para a necessidade de reconstrução e criação de melhores condições de vida para as populações reassentadas em qualquer que seja o processo e quaisquer que sejam as causas.

Um dos aspectos que se mostra importante de ser observado ao longo do processo da remoção das populações de acordo com os autores, é a questão da identificação do local de reassentamento, pois este tem especto e influência, em grande medida, na obtenção de resultados satisfatórios após o restabelecimento das populações. Desta forma, é importante que as famílias a serem reassentadas sejam consultadas no momento da selecção dos locais de modo a se sentirem satisfeitas. No momento da identificação é importante considerar alguns factores que entram no processo de avaliação, tais como o tamanho da terra disponível, o potencial de produtividade da terra, o abastecimento de água adequada, o acesso aos meios de vida não-agrícolas, a segurança da pessoa e da terra (Lilywhite, Kemp e Slurman, 2015).

A experiência na implementação de projectos de exploração de carvão em Tete tem sido criticada pelas situações perversas que eles causaram no tecido social da população local, pelo agravamento das condições propiciadoras de pobreza e indigência, e por acentuar casos de violação de direitos humanos nas comunidades afectadas pelas operações das diferentes companhias de mineração em Tete. Temos ainda o caso das areias pesadas de Moma exploradas pela Kenmare, a extração de rubis em Montepuez pela Montepuez Rubi Mining (MRM), que tem estado a violar de forma recorrente os direitos humanos. A implementação destes mega-

projectos de mineração bem como outros grandes projectos de investimento em infra-estrutura têm demonstrado ser verdadeiros agentes de desmantelamento das redes sociais, das oportunidades decorrentes das interacções sociais estabelecidas dentro da rede, bem como do capital social local.

Na sequência dos problemas que emergiram em Tete, no contexto do Reassentamento das populações de Cateme e outras comunidades, o Governo de Moçambique aprovou o Decreto n.º 31/2012, sobre o reassentamento decorrente de investimentos para actividades económicas. Este instrumento procura, em linha com as boas práticas internacionais, assegurar a protecção dos direitos das comunidades afectadas por reassentamentos involuntários, seja de natureza económica ou física, salvaguardando uma justa compensação pela perda de terras e/ou de meios de vida, e dessa forma evitar a sua exposição à situações sociais e económicas difíceis para a sua sobrevivência. Este instrumento responsabiliza a entidade implementadora do projecto pelo aprovisionamento de equipamentos sociais que promovam a integração, restauração e melhoramento das condições sociais da comunidade a ser reassentada.

Para Manso (2009), os problemas enfrentados pelas famílias reassentadas resultam do facto de os responsáveis pelos processos não tomarem em consideração os imperativos legais que definem a necessidade de reposição e melhoramento das condições de vida que as famílias possuíam antes de serem removidas.

A criação das condições de vida mínimas com vista a promoção do bem-estar das famílias removidas é uma exigência legal, protegida juridicamente pela constituição, por via de instrumentos legais. Todavia, a realidade mostra a contínua violação desses instrumentos (Decreto lei 31/2012 de 8 de Agosto).

Em Moçambique podemos constatar alguns casos de violações ou incumprimento desse instrumento, que têm sido citados por diversos estudos de organizações internacionais como o Banco Mundial, organizações da sociedade civil e outros autores que se dedicam a análise dos processos de reassentamento.

Dados recentes, de acordo com o estudo feito pelo Observatório do Meio Rural, sobre os impactos sociais do reassentamento popular na catembe, demonstra que este processo teve um impacto social profundamente negativo, na medida em que se observou a deterioração do nível de vida da população reassentada, associada principalmente a ausência de infraestruturas no local, como é o caso das vias de acessos, transporte público, corrente eléctrica, o acesso a água

potável, escolas, mercados, bem como a limitação em termos de atendimento do posto de saúde existente no local (OMR,2018).

De salientar que esta comunidade faz parte das 899 famílias residentes no bairro da malanga, Luís Cabral, e Gwachene, na cidade de Maputo que foram abrangidas pelo reassentamento resultante da construção da ponte Maputo-Catembe (OMR,2018).

Estes dados remetem-nos a prevalência do incumprimento dos princípios e dos objectivos emanados pelo Decreto 31/2012 de 8 de Agosto.

Por se observar a predominância do incumprimento e inobservância dos princípios definidos pelo Decreto 31/2012, durante a implementação dos programas de reassentamento, leva-nos a afirmar que os principais problemas vivenciados pelas populações abrangidas por estes processos, tais como a não reposição e melhoramento das condições de vida das populações, estão vinculados à implementação destes projectos. É neste sentido que Araújo (2002), reitera por inúmeras vezes a importância de uma maior fiscalização no que diz respeito a observação desses princípios, com risco de se deixar que as populações saiam sempre lesadas.

A expropriação da terra, associada a insatisfação inerente ao processo de compensações esbarra-se de forma recorrente com a fraca consideração sobre os aspectos imateriais da cultura das comunidades locais, e a fragilidade nos mecanismos de mensuração dos bens tangíveis correspondente as perdas materiais inerentes ao processo. Esta insatisfação releva um distanciamento entre as expectativas que elas constroem em torno da melhoria das suas condições de vida, em consideração as promessas feitas a quando a sua retirada das suas zonas de origem e a reais condições de vida encontradas nas zonas de reassentamento. Onde as mesmas acabam por constatar o incumprimento das promessas feitas posteriormente (Matos e Medeiros 2012).

Matos e Medeiros (2012), afirmam que essa falta de condições de vida está ligada a dificuldade no acesso a água e outros recursos, como a própria terra para o desenvolvimento da actividade agrícola e outras actividades. É precisamente na falta de infraestruturas e outros recursos que definem os níveis básicos e desejáveis de vida das populações que se relevam os pontos críticos do processo de reassentamento.

Paradoxalmente, enquanto na esfera do discurso político tais investimentos traduzem um esforço para a promoção do desenvolvimento, na prática os seus resultados têm sido socialmente desastrosos para as comunidades diretamente afectadas (Mosca e Selemane 2011).

Ou seja, se por um lado os investimentos representam uma importante oportunidade para o desenvolvimento e transformação económica e social; por outro, eles passaram a ser reprodutores de pobreza e desintegração social principalmente a nível das comunidades directamente afectadas pelos grandes projectos de investimento (Lillywhite et al. 2015; Human Rights Watch, 2013).

De acordo com os estudos ora apresentados, pode-se observar a convergência no que tange a retirada compulsiva das comunidades da sua zona de origem, a degradação das condições económicas e social das comunidades, bem como a falta de criação de condições de vida apropriada nas zonas de reassentamento de modo a assegurar a continuidade de uma vida condigna para os reassentados.

Sendo que na perspectiva de vários autores, estes factores fazem com que os reassentamentos se revelem processos que pouco têm ajudado no melhoramento das condições de vida das populações. Pelo contrário, têm contribuído para a degradação das condições de vida das comunidades, principalmente no que tange a construção e ao acesso a infraestruturas sociais (Manso, 2009; Notice, Oliveira e Teodoro, 2003; Negrão, 1997; Andrew, 1979; Matos e Medeiros, 2012; Mosca e Selemene, 2011; HRW, 2013; Wiegink, 2018; Lillywhite et al. 2015; Human Rights Watch, 2013).

Essas constatações serviram de base para a realização do presente trabalho, onde buscou-se relacionar as variáveis reassentamento e as redes de integração estabelecidas entre as comunidades nas zonas de reassentamento, tendo em conta que esta comunidade tenha sido removida do seu local de origem onde estava inserida a uma estrutura social, caracterizada pela existência de relações e interações sociais, configuradas em redes de interação social e passará por um processo desafiador de reintegração a uma nova estrutura e rede social.

Atendendo que a fragilização da estrutura social (*desestruturação das organizações sociais, enfraquecimento dos movimentos sociais e da expressão cultural*); pode se considerar catalisador da união entre os indivíduos, em torno das identidades primárias (*religião, etnia, território, nação*). Nesse contexto, a identidade pessoal torna-se a única fonte de significado no meio da crise e das transformações sociais, um facto que os identifica e os une, interligando-os em diversos nós, em uma espécie de rede (CASTELL, 2006).

A análise feita no estudo acima referenciado, incide nas condições de vida das populações nos locais de reassentamento, em que as mesmas se deparam com inúmeros problemas que não existiam nos seus anteriores locais de residência.

2.1. Quadro Teórico

Para a análise e discussão em torno do objeto de estudo apresentou-se a teoria das redes sociais de Granovetter (2005). Nesta teoria far-se-á a abordagem dos conceitos e a relevância da intensidade dos laços estabelecidos entre os indivíduos durante o processo de interação social (laços fortes e fracos).

Na perspectiva de Granovetter, acção do actor é influenciada pela estrutura das redes sociais que participa na conjunção com seus interesses pessoais. Daí que, concebe rede social como um conjunto de actores que desenvolvem algum tipo de vínculo ou relações entre si (chamado laço), as quais ocorram com alguma regularidade (frequência), similaridade e especificidade; onde as suas ligações em redes possam demonstrar a estrutura dessas relações.

No que diz respeito às redes sociais que envolvem relações pessoais, o tempo de conhecimento (período com a qual se estabelece o vínculo) o investimento emocional, a confidencialidade mútua, a reciprocidade e a similaridade serão critérios para definição da natureza e intensidade desses laços, que podem ser fortes e fracos. Deste modo, o autor procura diferenciar o que seria laços fortes e fracos, afirmando deste modo que os laços fortes seriam os que se estabelecem com a família e amigos com os quais temos uma relação próxima, enquanto que os laços fracos seriam aqueles estabelecidos com pessoas com as quais não se tem nenhuma relação, ou que não haja uma relação de proximidade, como é o caso dos chamados colegas, amigo do amigo, entre os outros. (GRANOVETTER, 2005).

O autor utiliza o argumento segundo o qual, a conexão dos laços fracos tem um valor especial para os indivíduos, e que a essência da sua significância e relevância reside na flexibilidade com que os mesmos possibilitam novas conexões mesmo perante o distanciamento existente entre os indivíduos, o que torna estas ligações mais longas do que as estabelecidas entre os laços fortes. Em outras palavras pode -se dizer que as conexões fracas e longas promovem o fluxo de novas informações. Desta forma, as conexões longas (distantes) as quais são obtidas por meio dos laços fracos, são caracterizadas como sendo a força deste tipo de laço. (GRANOVETTER, 2005).

Nas reflexões do autor percebe-se que, o fluxo das informações é mais acentuado nos círculos de laços fracos do que dos laços fortes, uma vez que no círculo de laços fracos as fontes de informações são novas e diversas, enquanto no círculo de laços fortes as fontes de informações são as mesmas. Granovetter, firma que as pessoas que não possuem uma boa rede de laços

fracos, são desprovidas da informação de partes distantes do sistema social, e ficam confinadas as notícias e visões provincianas de seus familiares e amigos próximos, mas retrata que essa privação não afecta somente o conhecimento do que ocorre no sistema social, visto que acaba se reflectindo no engajamento dos indivíduos nas redes sociais, reduzindo deste modo as oportunidades de integração.

De modo geral, com essas duas teorias procuramos enfatizar que o objectivo é ampliar uma abordagem micro das redes sociais (pequenos grupos) para a abordagem macro, numa perspectiva estruturalista, isto é, a estrutura das redes explica a motivação das acções dos autores, a racionalidade e as relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos que se encontram inseridos num determinado contexto.

2.2. Quadro Conceptual

2.2.1. Reassentamento

O conceito de reassentamento possui diferentes definições, e nelas podem ser identificadas, alguns elementos transversais e diferenciadores. E para esta discussão e operacionalização deste conceito no presente trabalho, são apontadas algumas definições;

Shamini (2011), olha para o reassentamento populacional como a deslocação de pessoas ou grupo de pessoas de uma forma forçada ou obrigada a deixar suas casas ou local de residência habitual, e estas deslocações podem resultar dos efeitos ou conflito armados, de situação de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou de catástrofes naturais produzidos ou não pelo Homem.

Wet (2006), citado por PEDRO (2011), defende que estes processos de reassentamentos devem ser considerados mais do que processos involuntários, visto que não implicam somente uma mudança involuntária das comunidades, mas a coação das comunidades em abandonar as suas origens, seu local de residência ou mesmo abrir mão de seus bens, independentemente da sua vontade, e sem oportunidade ou poder de discussão.

De acordo com Andrew (1979), o processo de reassentamento não deve ser encarado como um simples deslocamento de pessoas ou grupos, famílias. Antes, deve ser realizado e analisado enquanto um processo de desenvolvimento e expansão de políticas de desenvolvimento que visa fundamentalmente desenvolver dois espaços simultâneos (onde as famílias são deslocadas e onde são fixadas).

Este autor, é um dos poucos que coloca o problema de reassentamento a partir de uma perspectiva holística. No entanto, não se distancia dos outros estudos acima citados no que se refere as constatações que interessam para este trabalho, na medida em que o mesmo também sublinha a precarização das condições de vida das populações reassentadas.

Já o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Económicas (2012), define o reassentamento como a deslocação de uma população afectada por qualquer atividade, de um local para o outro dentro do território nacional, realizando ações que visam a conservar, restaurar ou criar condições de vida iguais ou superiores às condições das quais dispunham nas zonas onde foram removidas.

Observou-se que a designação condições de vida ora mencionadas, não apontam nada em específico, pelo que se pode entender que se refere a qualquer factor que esteja relacionado a vida da população. Esta definição apresenta elementos suficientes para a aplicação do conceito neste trabalho. No entanto, tratando-se de uma discussão, podemos trazer outra definição de modo a ver se identificamos outras dimensões e/ou indicadores.

Para esta pesquisa, consideram-se pertinentes as definições apresentadas pelo MOPH (2013), e Cornea (2003), citado por Machel (2014).

Segundo MOPH (2013), reassentamento é entendido como a deslocação ou transferência da população que tenha perdido seus bens pelas enxurradas, de um ponto do território nacional para o outro, tendo a necessidade de restauração ou criação de condições idênticas ou acima da do padrão de vida anterior.

Sendo que Cornea (2003), citado por Machel (2014), compreende o processo de reassentamento como um terremoto que destrói os sistemas de produção e as redes sociais, arruinando as individualidades e mergulhando os afectados numa espiral descendente de pobreza.

Estas definições são atinentes a elaboração do regulamento que deve ser levado em consideração pelas entidades públicas ou privadas, efectuadas por pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, no processo de reassentamento às famílias afectadas com vista a promover a qualidade de vida dos cidadãos e a protecção do ambiente. Entretanto, pode-se traduzir, de acordo com a definição, que reassentamento equivale a dar novas oportunidades, um outro ponto de partida de sobrevivência às famílias afectadas por diversas situações que causaram a perda de seus bens.

Para fins deste trabalho define-se reassentamento segundo o Regulamento do Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (aprovado pelo Decreto nº 31/2012 de 8 de Agosto) que preconiza “o reassentamento como sendo a deslocação ou transferência da população afectada de um ponto do território nacional para outro, acompanhada da restauração ou criação de condições iguais ou superiores às que tinham”.

2.2.2. Integração social

Nas sociedades contemporâneas, a questão da integração social transvasa o domínio da ciência passa a estar presente nos discursos políticos e legais, como por exemplo, quando o que está em discussão é o tema de reassentamentos dos indivíduos e a criação de suas condições de vida apropriada para a sua permanência nas zonas de destino.

Integração social é um conceito sociológico central para a compreensão da realidade social, seja do ponto de vista da compreensão da ordem como da desordem social. Esse conceito tem como base a ideia de integração, que é definida por Pires (2012), como processo de constituição de uma sociedade por meio da combinação das suas componentes, que pode ser pessoas, instituições ou organizações.

Quando se acrescenta o termo social, formando integração social, a sua aplicação restringe-se especialmente no plano dos indivíduos. O mesmo autor afirma que esse conceito se refere a incorporação dos indivíduos num espaço social por meio de relacionamento, passando a constituir laços sociais e simbólicos de pertença colectiva.

Nestes termos o conceito implica a partilha de laços e símbolos entre os indivíduos dentro de espaço social. No entanto, pode-se estender para questão da participação, como o faz Magano (2008), ao afirmar que integração social é a participação dos indivíduos em actividades dentro da sociedade, tendo como exemplo a actividade profissional, o consumo, aspectos que impliquem a interiorização de valores e normas.

A dimensão de Magno (2008), é mais específica, no entanto, restritiva ao dar exemplo dos espaços que se pode realizar a integração social. Uma ideia mais geral e abrangente de espaços nos quais os indivíduos podem levar a cabo ou lutar pela sua integração social nos é oferecida por outros autores como se pode observar na sequência abaixo.

De acordo com Gaulejac e Léonetti (1994 *apud* Magano, 2008), a integração social pode ser entendida como sendo a realidade em diferentes dimensões dentro da sociedade, desde a económica, que implica a participação no consumo e nas actividades de produção, passando

pela dimensão social que abarca a participação em grupos primários, até a integração global no seio da sociedade por meio de laços sociais, simbólicos e institucionais.

Como se pode ver, em cada definição, novos elementos vão sendo agregados ao conceito de integração social, demonstrando desta forma a sua complexidade, o que torna a sua operacionalização uma exigência para a sua aplicação no presente trabalho. E por mais que se tente delimitar o seu alcance, a realidade mostrará sempre que a sua heterogeneidade não pode ser aprendida de uma só vez, pelo que, a nossa definição estará sempre aberta a integração de novos aspectos com os quais iremo-nos deparar ao longo do estudo.

É neste sentido que se afirma que a integração social, antes de tudo, indefinível, ou melhor, definível como uma pluralidade, aberta e mutável, tendo como fundamento a partilha do senso de cidadania (Almeida, 1993) Entende-se integração social como a abertura para o exercício de escolhas livres sem, contudo, abdicar do seu relacionamento com os outros e da sua participação nos diversos espaços da sociedade.

Para o presente trabalho aplica-se o conceito de integração social na perspectiva de Magano, (2008), como a participação dos indivíduos em actividades dentro da sociedade, tendo como exemplo a atividade profissional, o consumo, aspectos que impliquem a interiorização de valores e normas.

CAPÍTULO III.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de Pesquisa

O tipo de pesquisa a adoptar para o trabalho, dado ao tipo de problema, e tendo em vista os objetivos propostos, apresenta-se como uma qualitativa. Atendendo a necessidade que se coloca de descrever a complexidade do fenómeno em pesquisa, a análise e interpretação das variáveis, bem como a compreensão e classificação dos processos dinâmicos inerentes ao tema em pesquisa (RICAHARDSON, 1999).

De acordo com Duarte (2009), existem várias razões para se optar por esta abordagem, dentre as quais interessa-nos destacar, neste estudo, o facto de conceber e retratar a realidade do ponto de vista da sua complexidade, possibilitando compreender o fenómeno social dentro das relações de influência recíproca que estabelecem com outros fenómenos no seio do contexto onde se manifesta. Há que acrescentar ainda que a abordagem qualitativa privilegia a perspectiva dos actores, sua subjectividade e os sentidos que atribuem as suas acções e experiências.

Escolheu-se a abordagem qualitativa para a realização deste estudo por querer tirar proveito dessas propriedades. Em primeiro lugar, considera-se que o fenómeno de reassentamento no contexto da integração social é um fenómeno que pode ser melhor interpretado dentro do contexto de sua realização. Em segundo lugar, assume-se que, embora tenham a sua dimensão objectiva, possuem sentido subjectivo para os indivíduos que se envolvem nesses processos, pois são eles que procuram envolver-se na integração social. Essas experiências demandam um aprofundamento que pode ser melhor realizado qualitativamente.

3.2. Método de abordagem

Esta pesquisa adaptou o método hipotético-dedutivo como sendo o de abordagem. O método hipotético-dedutivo consiste na combinação entre uma abordagem indutiva e uma dedutiva, isto é, combinar dados recolhidos indutivamente da realidade social concreta dos indivíduos com dados recolhidos de estudos já realizados para a concepção de uma hipótese que se procura refutar com base no estudo empírico (Gil, 2008). Foi esta, a lógica que procurou-se seguir ao longo da concepção do nosso modelo teórico-conceitual, bem como do trabalho de campo e análise dos dados.

Em termos concretos, aplicou-se o método hipotético-dedutivo, na medida em que o primeiro passo para a realização deste estudo foram contactados os reassentados. Deve-se sublinhar que este contacto será realizado com os reassentados no âmbito da Ponte Maputo Catembe. Contudo, os dados que se vão obter junto desses reassentados serão fundamentais para conceber o modelo teórico-conceptual baseado numa hipótese que *à posteriori* procurou-se refutar ou confirmar a partir da realidade dos reassentados do distrito de Moamba na região de Tenga.

3.3.Método de procedimento

O método de procedimento que será usado neste trabalho será o estudo de caso. O método de estudo de caso parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros, ou mesmo de todos, os casos e/ou sistemas que apresentam semelhanças (GIL, 2008). Por meio deste método, a comunidade da região de Tenga constituirá o centro de desenvolvimento do estudo, onde será efectivada a parte de recolha de dados empíricos.

3.4.Técnicas e instrumentos de recolha de dados

A recolha de dados será feita com recurso à revisão bibliográfica, documental e entrevistas semi-estruturadas. De acordo com Gil (2008, p. 69), pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisa bibliográfica, assim como certo número de pesquisa desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Foi usada a pesquisa bibliografia pelo facto de permitir a investigadora a colecta de dados mais do que aquilo que poderia pesquisar directamente, isso porque mesmo que os dados estejam dispersos, pois também esta pesquisa é indispensável nos estudos históricos. Esta técnica contribuiu também para o fornecimento do quadro teórico-conceptual atrás exposto.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental é vinculada à pesquisa qualitativa, na medida em que permitem a recolha de dados produzidos subjectivamente, sem perder de vista o contexto da sua produção, complementando-a com a informação extraída na documentação revista. A técnica de entrevista semi-estruturada possibilita ao investigador definir um número limitado de perguntas-tópico com base nas quais orientam toda a entrevista, sem restringir a

liberdade do entrevistado e nem a sua de formular novas perguntas para a condução da conversa. E como instrumento para recolha de dados será usado o guião de entrevistas.

Para este trabalho, a entrevista vai possibilitar aprofundar a configuração das relações sociais e suas influências para a integração dos reassentados nas zonas de reassentamentos. Esta técnica vai permitir-nos intervir durante a recolha de dados, de modo a reorientar os interlocutores de acordo com os objectivos do estudo. A entrevista semi-estruturada é apropriada porque ao procurar-se incidir sobre a subjectividade dos actores sociais, considera-se a existência de aspectos dos quais só teremos conhecimento ao longo do contacto com o trabalho de campo.

3.5. População de Pesquisa

Partindo da compreensão de que a população ou o universo é um conjunto de indivíduos que possuem mesmas características definidas para um determinado estudo, neste caso, a principal característica deste estudo é ser um dos membros afectos no processo de reassentamento em Tenga. Assim, a população do presente estudo passa a ser composta por todo grupo alvo do processo de reassentamento em Tenga, em um número de 364 famílias.

3.6. Amostra

Para esta pesquisa tomou-se como amostra 40 pessoas que se julga representativa do universo de pesquisa acima referida.

3.6.1. Técnica de Amostragem

Como técnica de amostragem recorreu-se a intencionalidade como critério de construção da amostra, isto é, de selecção dos indivíduos que foram entrevistados. Gil (2008), afirma que a intencionalidade estabelece a possibilidade de seleccionar os elementos do universo intencionalmente em função dos interesses e dos objectivos a serem atingidos, assim como das características do grupo-alvo, sendo condição que estas sejam do conhecimento do investigador para a sua aplicação.

Com a intencionalidade, dentro da comunidade de Tenga, escolheu-se as famílias em função das suas características particulares como forma de diversificá-las. Para o efeito, antes procurou-se assegurar que a comunidade oferecesse informação com base na qual se pudesse conhecer, mesmo que de forma geral, a disposição dos reassentados. Para o efeito, estabeleceu-se o contacto direto e inicial como o contexto social dos reassentados, de modo a obter informação. Em função dessa informação, fez-se a selecção dos prováveis casos apropriados.

Para efeitos desse trabalho, toma-se o tipo de amostragem não probabilística, sendo a intencional como se referiu acima. Neste caso, considera-se que um número de 40 pessoas permitiu fornecer dados empíricos para a efectivação do trabalho. Referindo-se ao método “intencional”, (Marconi & Lakatos, 2002: 52) argumentam que o pesquisador não contacta qualquer indivíduo, mas àquele que, segundo seu entender (pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social), exerce as funções de líder de opinião na comunidade.

CAPÍTULO IV

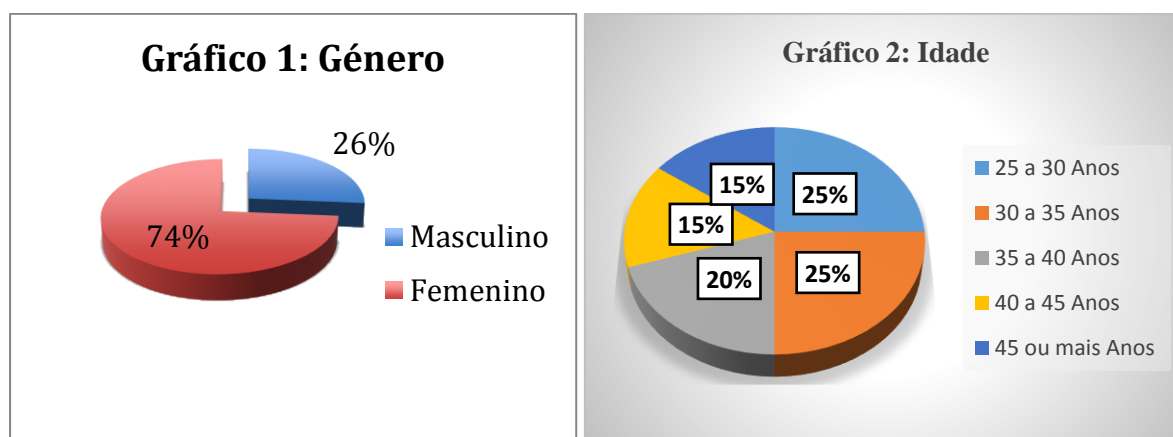
4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Esta parte do trabalho está reservada à apresentação, análise, interpretação e discussão dos dados recolhidos junto dos entrevistados. Para o efeito, apresenta-se o perfil sócio-demográfico dos entrevistados, os serviços sociais criados com a construção da ponte Maputo-Catembe; a qualidade de vida da população reassentada; o impacto do reassentamento para o custo de vida das famílias da região de Tenga e as estratégias de integração accionadas pelos indivíduos reassentados em Tenga.

4.1. Perfil sócio-demográfico dos Entrevistados

Neste subcapítulo procedeu-se com a apresentação e descrição do perfil sócio-demográfico dos entrevistados, tendo como base as seguintes variáveis: idade, sexo, estado civil, ocupação/profissão, nível de escolaridade e religião, que foram selecionadas em função da influência que possam ter sobre o fenómeno que incide o trabalho.

Foram entrevistados um total de 40 pessoas que corresponde ao 100% da amostra de famílias reassentadas. O gráfico 1 e 2 que se seguem, mostram a distribuição quanto ao género e idade, respectivamente.

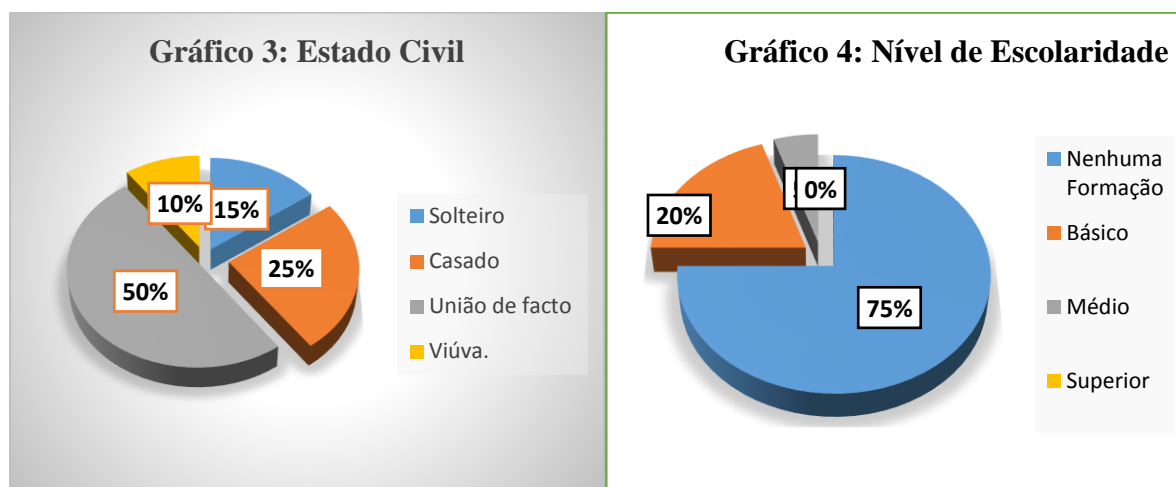


Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Tal como ilustra o gráfico 1, em termos de género, dos 100% dos entrevistados, 74% eram do sexo feminino e 26% eram do sexo masculino. Quanto a faixa etária, com base no gráfico 2, constatou-se que varia de 25 aos mais de 45 anos

Os dados sobre o estado civil (gráfico 3), demonstram a existência de quatro categorias, que são as de solteiro, casado, união de facto e viúva. Notou-se que a categoria união de facto é a mais representada dentre os nossos interlocutores, tendo um total de 50%. A segunda mais

representada é a categoria casado com um total de 25%, a categoria de solteiro é representada por 15% e viúvas por 10%.



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

No que diz respeito aos níveis académicos, (gráfico 4), identificou-se que todos os entrevistados não concluíram o nível médio, sendo que o indivíduo com o nível mais avançado interrompeu os estudos na 8ª classe. A maior parte dos entrevistados (75%) não tiveram a oportunidade de frequentar a escola.

Quanto à ocupação ou profissão, em função da leitura que se fez dos dados recolhidos, verificou-se que, 50% são domésticos, 15% são vendedores ambulantes, 25% não se identificaram com nenhuma profissão.

Através dos dados acima apresentados constatou-se que a distribuição dos entrevistados se encontra entre as faixas etárias de jovem e adulto. Embora todos apresentem um baixo nível de escolaridade, que segundo os mesmos deveu-se a falta de oportunidades para terminar o ensino médio e dificuldades económicas, o que faz com que a maior parte deles desempenhe a função de vendedor ambulante para sustentar as suas famílias também encontram-se sem nenhuma ocupação, recorrendo para o seu sustento diário, a prática de agricultura nos talhões que os donos ainda não ocuparam, como demonstra o seguinte depoimento do entrevistado G, 25 de Maio de 2021.

“ (...) Aqui a vida é só acordar ficar a espera que apareça alguém que tenha terreno, mas que ainda não começou a construir e ir limpar o espaço para receber algum, ou conversar com o dono do espaço para fazer machambas e produzir como forma de o ajudar a limpar terreno.

O depoimento acima mostra claramente a falta de meios ou condições para que os reassentados tenham uma ocupação fixa e sustentável.

4.2. Processo do Reassentamento da População de Tenga

O processo de reassentamento teve início nos finais do ano de 2015 e foi concluído no início do ano de 2016, onde foram reassentados 364 famílias para o distrito de Moamba, localidade de Tenga. Para melhor percepção desse processo, nessa secção pretende-se fazer uma breve contextualização do processo de reassentamento e de seguida uma análise em torno da forma como a população reassentada foi envolvida neste processo.

De acordo com o International Finance Corporation⁴, no plano de reassentamento a principal preocupação é evitar que os processos de participação redundem no mero cumprimento burocrático de uma obrigação, mas que sejam um mecanismo para assegurar a participação livre e informada de cidadãos e comunidades. Dever-se-á ter presente a necessidade de incluir medidas diferenciadas para assegurar a efectiva participação dos grupos desfavorecidos ou vulneráveis.

Entretanto, para o caso de Tenga, constatou-se que a participação referida pela instituição supracitada, não foi efectiva, na medida em que o processo anterior ao reassentamento teve alguns constrangimentos. Para ilustrar esse facto, os entrevistados revelaram o seguinte:

“ (...) Não tivemos explicação nenhuma sobre tal de reassentamento, só o governo veio ter connosco dizendo que queria aquele espaço onde vivíamos para a construção da ponte Maputo Catembe. E nós respondemos que não podemos negar em sairmos visto que é o governo a nos tirar, mas o que queremos é que nos criem as mesmas condições que temos aqui que são escolas, hospitais, mercados, lojas, água, luz, estradas (...). (Entrevistado F, 25 de Maio de 2021).

Essa informação é partilhada por outro entrevistado como ilustra o depoimento a seguir:

“ (...) Já ouvíamos por aí que ali onde vivíamos a qualquer momento seríamos retirados da zona. Num dia desses apareceu o secretário do bairro a nos informar que em breve iríamos sair e que lhe foi incumbida a missão de nos transmitir a informação que iríamos viver em Catembe nos prédios que o governo construiu para nós. (Entrevistado G, 25 de Maio de 2021).

Aliado a fraca participação dos actores no processo de reassentamento em Tenga, um estudo realizado pelo Centro Terra Viva (2016), demonstra que, nem todas as entidades previstas na lei estiveram representadas na Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do

⁴ IFC é uma instituição do Banco Mundial, criada em 1950.

Reassentamento no âmbito da implementação do projecto Maputo - Catembe. Não intervindo no processo de reassentamento, resulta que estará condicionado (ou mesmo impossibilitado) o cumprimento de algumas funções adstritas àquela Comissão.

Por outro lado, o mesmo estudo constatou que não teve acesso a qualquer plano de reassentamento, nem outra documentação relevante, não estando por isso em condições de avaliar se efectivamente os procedimentos prescritos por lei foram observados por parte da empresa Maputo Sul. De qualquer modo, tratando-se de documentos públicos e o facto de não ter sido disponibilizados, indicia que, de facto, não foram cumpridos os procedimentos.

Ademais, o estudo supracitado conclui que os mecanismos de informação não foram eficazes, havendo um desconhecimento sobre os direitos assistidos às comunidades reassentadas, sobretudo no que respeita aos critérios das indemnizações, à possibilidade de reacção jurídica no caso de discordância, às instituições ou entidades independentes onde possam ser canalizadas as reclamações.

Contudo, olhando para o acima exposto, é importante salientar que o não envolvimento dos visados no processo de reassentamento, a não observância dos procedimentos plasmados nos diferentes instrumentos legais e a falta de instituições que pudessem monitorar à risca a implementação da lei faz com que o processo não decorra efectivamente sob interesse da população reassentada e conseqüentemente gera situações de desamparados e frustrações neles. Coso do depoimento a seguir.

“ (...) Fomos avisados da retirada 6 meses antes e nos informaram que viriam fazer o levantamento do valor que cada pessoa quer ou caso não, irão fazer uma lista com proposta dos valores para a pessoa escolher e caso não concorde com as propostas irá informar. E assim o fizeram. Para o meu caso a minha casa foi avaliada em 419.000,00 mt, e eu concordei e assinei. Faltando 45 dias, em Junho de 2016, me entregaram um cheque de 250.800,00 mt. Fiquei indignado pois não era esse o combinado mas quando reclamei disseram pra levar o cheque e que podia reclamar depois. Sem outra saída aceitei. No dia 05 de Agosto de 2016 voltei para ir reclamar o dinheiro em falta de 168.200,00 mt, pediram os meus dados pessoais e o meu número de telefone e me disseram que vão me ligar mas até hoje ainda não me ligaram.”

4.3. Serviços Públicos Criados com a Construção da Ponte Maputo-Catembe

Uma das características do local de reassentamento prende-se com a ausência de infraestruturas urbanas, relacionadas com a ligação de energia, mercado, escola, unidade sanitária, vias de acesso e meios de transporte colectivo com frequência regular. Portanto, os dados empíricos

recolhidos em Tenga, revelaram que no processo de reassentamento a empresa Maputo Sul optou pelo pagamento de indemnizações em dinheiro, em detrimento do pagamento por espécie que implicaria implantar infraestruturas urbanas e sociais nos locais de destino das comunidades dos bairros da Malanga e Luís Cabral. E a indemnização contemplou apenas as casas e outros imóveis particulares, não tendo sido considerada a reposição de infra-estruturas sociais.

Esta opção trouxe consequências negativas ao processo de reassentamento, vendo-se as famílias obrigadas a abrir vias de acesso, desbravar terrenos, retirar os troncos, etc. Ademais, os locais de destino não dispunham de água, nem de corrente eléctrica, o que obrigou as famílias reassentadas a comprarem água (para consumo e para construção) a preços exorbitantes. Por outro lado, constatou-se que as famílias reassentadas estavam convictas que encontrariam no local as mínimas condições criadas, o que não aconteceu, como revela o depoimento a baixo:

“ (...) Eles nos garantiram que lá onde nos levariam já haviam feito estradas, parcelamento dos terrenos e só esperávamos chegar e habitar (Entrevistado B. 25 de Maio de 2021).

A informação acima é confirmada por um outro entrevistado ao revelar que:

“ (...) Para o nosso espanto chegados aqui, não tinha hospital, não tinha estrada, era mata que tínhamos de ajeitar para entrar e mesmo agora não temos, só havia indicação de que este é o local para a construção do hospital que não foi feito, haviam esticado umas lonas que eram as salas de aulas. Era mata que tínhamos de ajeitar para entrar (Entrevistado A. 25 de Maio de 2021).

No mesmo contexto, um outro depoimento revela o incumprimento das promessas feitas aos reassentados:

“ (...) Começamos a pegar nas catanas, machados, enxadas para poder abrir ruas e os nativos quando nos viram a chegar vieram ter connosco e se ofereceram para nos ajudar a trabalhar em troca de valores monetários. Não tínhamos dinheiro suficiente, mas por precisar de ajuda aceitamos, não havia água vinham camiões cisternas para nos venderem água 500 MT por cada 1000L. Só depois de abriremos ruas, é que conseguimos trazer camiões para descarregar material de construção e meteram pás escavadoras para limpar as ruas. Não vimos nada do que nos prometeram, foi um sofrimento enorme que nos causou doenças (Entrevistado C. 25 de Maio de 2021)

Diante dos depoimentos acima, fica evidente que o reassentamento efectuado naquele local foge dos pressupostos definidos no Regulamento do Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (aprovado pelo Decreto nº 31/2012 de 8 de Agosto), visto como a

deslocação ou transferência da população afectada de um ponto do território nacional para outro, acompanhada da restauração ou criação de condições iguais ou superiores às que tinham.

Olhando nos pressupostos desse instrumento legal, nota-se que em Tenga não houve a criação de condições mínimas a favor da população reassentada. Ademais, analisando os dados acima, é evidente que há uma discrepância com o previsto no artigo 16º do Regulamento do Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, segundo o qual:

“ (...) O reassentamento deve ser feito numa parcela habitacional e infraestruturada, construída com material convencional e de acordo com o projecto aprovado, que deve obedecer às características sociais e culturais do local de reassentamento. O processo de reassentamento deve ser acompanhado pela implantação de vias de acesso, sistemas de abastecimento de água, saneamento do meio, electrificação, postos de saúde, posto policial, escolas, locais de lazer, de prática de desporto, de culto, etc. (Artigo 16, Decreto nº 31/2012 de 8 de Agosto).

Paralelamente, constatamos que em Tenga, ainda há deficit de um conjunto de serviços públicos, nomeadamente escolas, hospitais e transportes. Por exemplo, existindo entre os membros das comunidades reassentadas estudantes do nível medio, do ensino técnico e universitários, debatem-se actualmente com a questão de saber como garantir a continuidade dos estudos. O caso a seguir é ilustrativo desta situação.

“ (...) Me arrependo por ter aceite sair porque tudo o que nos falaram foram falsas promessas, a única coisa que se cumpriu é energia, mas depois de um bom barrulho. A tal escola que fizeram são umas três salas onde uma serve de secretaria. O hospital está bem distante. A escola secundária que temos vai até 10ª classe, para terminar o ensino pré-universitário a criança deve ir estudar em Moamba. Para tal é necessário que tenha um familiar lá para a criança viver caso não, é necessário gastar rios de dinheiro para apanhar chapa que também não tem sido fácil apanhar. Estamos numa situação muito complicada (Entrevistado D. 25 de Maio de 2021).

De acordo com o Decreto supracitado (artigo 16), tão importante quanto as infraestruturas sociais que verificamos a sua penúria em Tenga, é a necessidade de assegurar a continuidade do exercício de actividades de subsistência ou definir programas de geração de renda nos locais de reassentamento. Todavia, os dados da nossa entrevista revelaram que o processo de reassentamento em Tenga gerou desemprego para alguns e ruptura da prática das actividades de subsistência para outros. Os depoimentos a seguir mostram este facto:

“ (...) Quando residia na Malanga trabalhava no Porto como eventual, tentei acordar e ir trabalhar mas por causa da falta de transporte e a distância que é longa chegava lá tarde e encontrava que já foram chamadas as pessoas para trabalhar, e acabei desistindo porque só gastava dinheiro de chapa

em vão. Pensei em ir arrendar uma casa na cidade para conseguir chegar a tempo e hora ao local de trabalho, mas não tinha dinheiro e o que havia de acontecer é que eu estaria a trabalhar para pagar renda. Na minha antiga casa mesmo que saísse tarde do serviço, 23 horas conseguia chegar a casa sem problemas porque não era necessária chapa estava próximo a casa (Entrevistado A. 25 de Maio de 2021).

Outro entrevistado partilha o mesmo sentimento ao afirmar que:

“ (...) Aqui não há nada nem temos como fazer negócio porque é como se estivéssemos numa ilha. A minha mãe por exemplo lá tinha uma banca onde vendia coisas dela mas aqui já não, é só ir a machamba e que na verdade não são machambas, mas sim terrenos que ainda não tem construções.

Os dados acima vão contra os princípios do *International Finance Corporation*, pois este órgão recomenda que, para além da indemnização pela perda de bens;

As pessoas economicamente deslocadas devem receber oportunidades para melhorar ou, no mínimo, recuperar os meios de que dispunham antes, os níveis de produção e padrões de vida. Se necessário, deverão ser oferecidas oportunidades alternativas de obtenção de renda, como linhas de crédito, formação, dinheiro ou oportunidades de emprego. (International Finance Corporation,)

Ao nosso entender, o reassentamento de Tenga não coaduna com os pressupostos apresentados na literatura, pois de acordo com o Banco Mundial (2004), os reassentamentos não se devem dirigir somente para a compensação directa dos bens afectados, mas principalmente para o recriar do quotidiano e das estratégias de sobrevivência da população, tendo em vista a melhoria das condições de vida, de modo a que exista um processo de desenvolvimento paralelo ao projecto. Todavia, as evidências mostram o contrário, pois a Maputo-sul apenas compensou pelos bens afectados.

4.4. Dificuldades de Acesso ao Transporte

A mobilidade das pessoas é fundamental no meio urbano, no caso da população reassentada em Tenga tinha muita expectativa com as promessas que haviam sido feitas. Visto que a maior parte dessa população tinha os seus negócios no local anterior. No entanto, verifica-se que o transporte tem sido um grande constrangimento para essa população. Os depoimentos a seguir revelam esse facto.

“ (...) Aqui a vida está difícil, pós estamos longe de tudo e de todos. É como se tivessem ido nos atirar numa ilha onde não há comunicação com o mundo exterior, estamos insolados. Para

se fazer a cidade de Maputo temos que pagar 25,00 mt de chapa daqui até Malhampsene e fazer ligações pagar mais 12,00 mt para apanhar chapa até cidade, que somam 37,00 mt, logo as duas viagens (ida e volta são 74,00 mt), sem contar com carga. Não temos comboio desde que eclodiu a pandemia de Corona Vírus e eram 12,00 mt e depois pagávamos 10 mt para deslocar até vila de Tenga (Entrevista E. 25 de Maio de 2021).

Os dados confirmam com evidências empírica em vários locais de Moçambique que mostram que o projecto de reassentamento exerceu um impacto negativo sobre as populações, quer ao nível da capacidade de geração de rendimentos, quer ao nível do acesso a infra-estruturas e serviços sociais e do custo de vida. Estas constatações foram também tiradas em Tenga. Kiambo (2017) e André e Manuel (2016), já confirmavam a existência de hiatos entre as promessas feitas pela Maputo Sul e a realidade vivida pela população no local de reassentamento.

As condições que tinham as populações da Malanga eram comparativamente melhores que as existentes em Tenga, sobretudo em termos de acessibilidade a serviços básicos e locais de trabalho.

Os resultados empíricos confirmam igualmente que o processo de reassentamento feito em Tenga é similar de outros processos que na verdade não tem levado em consideração com a qualidade de vida da população, pois considerando a realidade de aumento de gastos monetários, seria difícil dizer que a Maputo Sul implementou os procedimentos de reassentamento de forma adequada, em termos de indemnizações e de providenciar as condições de vida, pelo menos, iguais. Sim, a ponte trouxe muitas oportunidades para a classe média de cidadãos de Maputo mas as pessoas reassentadas saíram prejudicadas. O acesso fácil à cidade para a população reassentada em Tenga não foi garantido. Estas constatações são similares às de outros processos de reassentamento em Moçambique, tais como Catembe e Cateme. A implementação de grandes projectos económicos não tem em consideração as condições de vida das pessoas e são concretizados à custa de grandes sacrifícios sociais (OZAWA, 2018).

4.5. Percepção sobre a qualidade de vida da População Reassentada

É difícil analisar a qualidade de vida das pessoas reassentadas, principalmente porque ainda não passou tempo suficiente desde a sua deslocação e ainda estão a se adaptar à nova realidade. É também difícil esta análise ser feita por uma pessoa exterior, dada a subjectividade inerente ao conceito. A população reassentada será a melhor para avaliar se a sua qualidade de vida

piorou ou melhorou, pois este índice difere de local para local, de cultura para cultura e mesmo de indivíduo para indivíduo em função daquilo que são as suas próprias prioridades e objectivos de cada um.

Neste trabalho, entende-se como a qualidade de vida “o processo da melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas” (Mosca, 2005). Ou a ideia de criação de capacidades - humanas, políticas, culturais, técnicas etc.- que permitam às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil (CONDRAF, 2013, p.13)

Olhando para esses pressupostos, e confrontados com os dados recolhidos no terreno, quase unanimemente, as pessoas entrevistadas responderam que a sua qualidade de vida não melhorou. Segundo os depoimentos dos entrevistados, a única melhoria que teriam encontrado é a dimensão do espaço habitacional. Todavia, em termos de serviços públicos há uma penúria no seio da população. Isso é ilustrado nos seguintes depoimentos.

“ (...) A única coisa que vejo de bom neste reassentamento é o espaço que é maior porque as dimensões dos terrenos são de 20/30 e lá na Malanga eram terrenos pequenos. Entrevistado F, 26 de Maio de 2021)

“ (...) Aqui me sinto feliz porque estou num lugar aberto, livre, espaçoso. (Entrevistado I, 26/05/2021). Satisfeita por estar num espaço grande e aberto, mas no que tange ao processo de mudanças e a maneira como foi feito o reassentamento não me sinto satisfeita. (Entrevistado J, 25/5/2021).

Contudo, apesar da população possuir um terreno grande não é a condição suficiente para melhorar a qualidade de vida das pessoas, é preciso olhar pelas condições sócio-económicas dessas famílias. Sendo assim, é importante referir que o reassentamento da população de Tenga culminou com inúmeras implicações num conjunto de despesas, essencialmente o acesso ao transporte, hospitais, água e alimentos até mesmo os de primeira necessidade, como podemos ver nos depoimentos que seguem:

“ (...) Não temos hospital e nem mercado, para ir ao hospital/maternidade são 60 min de carro e são 10 mt para chegar a localidade de Tenga/terminal. Desde que passámos para aqui e vieram construir essas salas de aula e uma esquadra, nunca o governo se preocupou em vir saber como é que estamos a viver se temos condições ou não (Entrevistado H, 26 de Maio de 2021).

Portanto, ao nosso entender o reassentamento feito em Tenga para além de proporcionar ou melhorar a qualidade de vida da família parece-nos criar frustrações dada as piores condições que a população vive. Nos relatos das entrevistas é possível confirmar isso.

“ (...) Há muito sofrimento aqui, a minha esposa ficou doente de hipertensão arterial que às vezes cai e fica meses sem conseguir andar de tanto stress por causa das promessas falsas feitas pelo governo e empresa Maputo Sul no âmbito do reassentamento.

Como referiu-se anteriormente, passados 6 anos desde o reassentamento, é ainda muito cedo para perceber como será a vida das populações no futuro - para entender se os principais riscos do reassentamento são evitados e se a qualidade de vida melhora, mas era fundamental que as condições básicas estivessem a melhorar. Há necessidade de se fazer um trabalho profundo para apurar a sustentabilidade desse reassentamento. Este esforço terá, no entanto, que ser feito não “para” a população, mas “com” a população, no sentido desta estar envolvida nesse processo para melhor apuramento das suas reais necessidades. Tal como refere Bénardo da Costa (1994, p. 30), estas populações não são vítimas passivas à espera de ajuda, mas são actores que desenvolvem as suas próprias estratégias conducentes à sua sobrevivência.

Desta forma, é necessário sobretudo perceber quais as reais capacidades e estratégias das pessoas para se evitar a tendência de se ajudar como os actores sociais acham que elas precisam, desprezando as suas reais necessidades.

4.6. Impacto do reassentamento para o custo de vida das famílias da região de Tenga

De acordo com as populações entrevistadas, o reassentamento aumentou o custo de vida da população, pois a distância em relação aos mercados traduz-se num aumento do custo dos produtos de primeira necessidade, sobretudo por comparação com os preços praticados na Malanga onde moravam anteriormente. Alias, segundo os entrevistados em Tenga não há mercados, a população sendo obrigada a deslocar-se uma distância enorme para aquisição de alimentos de primeira necessidade. Os dados do campo demonstram um desespero por parte da população, pode-se ver isso no depoimento a seguir:

“ (...) Aqui não se vive melhor, porque não há maneira de apanhar dinheiro, enquanto em Malanga era fácil: a minha mulher ia fazer seus negócios, e eu fazia os meus trabalhos no porto e conseguíamos cada um sobreviver, agora aqui não há nenhum recurso e isso é uma grande dificuldade. (Entrevista L, 26/05/2021).

A mesma situação é relatada pelo depoimento que se segue:

“ (...) Aqui a vida é só acordar ficar a espera que apareça alguém que tenha terreno, mas que ainda não começou a construir e ir limpar o espaço para receber algum, ou conversar com o dono do espaço para fazer machambas e produzir como forma de o ajudar a limpar o terreno. Na verdade, não sei o que será de nós no ano em que os donos dos terrenos decidirem construir. (Entrevistado K, 26/05/2021).

Numa outra vertente, outro entrevistado reporta sofrimento vivido em Tenga:

“ (...) Vieram colocar tanques e canalizar água que vem do rio mas nem sempre sai, as vezes ficamos um mês sem sair água. Recorremos a água da chuva e dos poços. Ficamos muito tempo a espera de colher os produtos que lançamos na terra. Só vive bem quem tem família na cidade que de quando em vez lhe manda comida. Embora esteja a trabalhar no mesmo local onde trabalhava quando vivia na cidade, mas o custo de vida aumentou, os gastos de transporte também são maiores e lá na Malanga não tinha problema de transporte, mas aqui em Tenga está difícil (Entrevistado L, 27/05/2021).

Como se pode observar nos depoimentos acima, o reassentamento populacional teve implicações num conjunto de despesas, particularmente em termos de acesso a água, transporte e alimentação. Em Tenga, o preço de aquisição de água aumentou significativamente. Se na Malanga as populações tinham acesso a água do FIPAG, uma vez em Tenga têm de adquirir junto de fornecedores privados com valores superiores comparativamente com os da Malanga. Por outro lado, a deslocação à cidade para realização das anteriores actividades profissionais e para acesso a bens e serviços não existentes em Tenga (saúde, educação, mercados) implica o aumento dos custos de transporte (em cerca de 5 vezes). Se dentro da cidade de Maputo uma viagem de chapa de ida e volta poderia custar cerca de 20 meticais, uma vez em Tenga, uma deslocação ao centro da cidade de Maputo pode custar, pelo menos, 74 meticais.

A literatura mostra que tendo em conta os inevitáveis custos sociais e económicos para as comunidades atingidas, devem evitar-se os reassentamentos e, caso sejam realizados, devem ser muito acautelados (Cernea, 1997). Em situações onde o reassentamento é inevitável, este deverá ter por base os seguintes princípios (Cernea, 1996: 32 e World Bank Operation Evaluation Department, 2000):

- A existência de políticas e normas que defendam os direitos das populações reassentadas;
- A alocação dos recursos suficientes, internalizando os custos desde as fases iniciais;

- O *empowerment* das populações reassentadas, de modo a que possam ter voz e participem nas decisões e no processo de reassentamento;
- O planeamento de oportunidades de geração de rendimentos e a continuação do acompanhamento da população reassentada até que esta reinvente as suas estratégias de sobrevivência;
- O trabalho em conjunto com ONGs, sector privado, agências governamentais e doadores externos para diminuir os riscos e aumentar as probabilidades de sucesso.
- O comprometimento do governo com as populações reassentadas é também condição para se evitem os riscos de desestruturação. Por sua vez, a monitorização e avaliação deverão ser parte fundamental do planeamento e implementação e os planos deverão ter suficiente flexibilidade para que possam ser alterados com base nos resultados da monitorização (World Bank Operation Evaluation Department, 2000).

Todavia, olhando para o caso de Tenga parece-nos existir uma violação ou a não consideração desses princípios.

4.7. As Estratégias de Integração Accionadas pelos Indivíduos Reassentados em Tenga

Nesta secção, foram identificadas e analisadas as estratégias de integração accionadas pelos indivíduos reassentados, tendo em conta as relações sociais com a comunidade em que estão inseridas e a relação entre as actividades culturais praticadas no espaço de chegada e as que praticavam na Malanga. Os depoimentos colhidos pelos entrevistados ilustram três tipos de estratégias: existem os indivíduos que dão continuidade às práticas tradicionais realizadas no antigo espaço, indivíduos que dão continuidade às práticas religiosas e, por fim os indivíduos que adoptam os hábitos culturais da população nativa. Foi possível também verificar que o régulo da comunidade desempenha um papel importante no processo de integração dos indivíduos reassentados. Os dados a seguir mostram esse facto:

“ (...) Quanto a convivência com a vizinhança é boa. Embora não foi fácil nos adaptarmos porque nesta região seguem-se muito as práticas tradicionais, por exemplo, se trovejar e não cair chuva, não se pode ir a machamba no dia seguinte é a norma costumeira desta região. Se morre alguém não se pode ir a machamba, só depois do dia do funeral, em caso de desobediência e ser encontrado na machamba é arrancada a enxada e pra reaver deve pagar uma multa de 300,00 mt. (Entrevistado I, 25 de Maio de 2021).

Esse depoimento indica que os aspectos culturais não passam despercebidos no processo de integração pós reassentamento, pelo contrário esses aspectos são muito importantes. Os hábitos

e costumes tradicionais que eram realizados na Malanga, continuam a ser praticados pelos indivíduos reassentados em Tenga, tais como: realização de cerimónias para pedir a bênção dos antepassados, cerimónias fúnebres e cultos. Pode-se analisar que, no que diz respeito à cultura, há uma continuidade das práticas que os indivíduos realizavam na Malanga.

O depoimento que se segue ilustra essa situação:

“ (...) A religião que praticávamos lá, aqui não existe. A minha família reza na Assembleia de Deus mas como a nossa igreja não está perto de onde vivemos agora pedimos autorização para usar um talhão onde podemos rezar e realizar missas e cultos. Para abençoar a nossa casa nós apenas rezamos. Realizamos cerimónias quando temos um casamento, aniversário ou falecimento. (Entrevistado K, 25 de Junho de 2021).

Tendo em conta os depoimentos colhidos é possível observar que alguns indivíduos reassentados, como estratégia de integração, deram continuidade as suas práticas religiosas através da criação de condições para se realizar missas e núcleos, sendo que as igrejas que frequentavam passaram a ficar muito distantes do novo espaço habitacional.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa analisou-se os impactos exercidos pela construção da ponte sobre a população reassentada na região de Tenga, ao nível do acesso a serviços sociais e na capacidade de sobrevivências e adaptação dos reassentados. Feita a análise e interpretação dos dados, neste ponto apresenta-se as principais conclusões alcançadas.

Em primeiro lugar, na região de reassentamentos da população de Tenga regista-se retrocessos quer nos indicadores relativos a condições básicas, como os de saúde, de educação, de acesso a água potável, acesso aos mercados, e quer nos relativos às condições ambientais, que dependem em grande medida da construção de infra-estruturas. Por outro lado, concluiu-se que o reassentamento da população de Tenga teve um o impacto negativo para o custo de vida, isto porque parte do valor disponibilizado às famílias reassentadas deveria cobrir as despesas de transporte para os locais de destino, assim como todos os custos associados com o desbravamento e limpeza dos terrenos, compra de água, etc. Porém, não foi verificado naquela região revelando dessa forma que os mecanismos de informação não foram eficazes, havendo um desconhecimento sobre os direitos assistidos às comunidades reassentadas, sobretudo no que respeita aos critérios das indemnizações, à possibilidade de reacção jurídica no caso de discordância, às instituições ou entidades independentes onde possam ser canalizadas as reclamações.

O facto da empresa Maputo Sul ter optado pelo pagamento de indemnizações em dinheiro, sem que, contudo, tivesse planificado devidamente essa alternativa influenciou para que o processo de reassentamento se desenvolvesse de forma precária e sofrida para as famílias reassentadas. Porque estas confrontaram-se com a difícil realidade de ter que, a custos próprios, abrir vias de acesso, desbravar terrenos, retirar troncos, etc., para dar início à construção de casas. Para além de infraestruturas urbanas mínimas, observou-se que em Tenga ainda não dispõem de serviços públicos básicos que satisfaçam as necessidades da população reassentada, como escolas condignas, hospitais e transportes. O acesso à cidade de Maputo para trabalhar, estudar ou cumprir outras actividades, tornou-se muito difícil ou mesmo que impossível para certas famílias.

Em relação aos outros indicadores mais imateriais, sobretudo a capacidade de sobrevivência e adaptação dos reassentados em Tenga, observou-se uma continuidade das práticas culturais para certos indivíduos e para outros uma fraca recessão, pela incapacidade de investir na identidade cultural da população e na reestruturação dos seus quotidianos e estratégias de sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ; C, J., Manuel, L. (2016). *Ponte Maputo – Catembe. Análise Jurídica do Processo de Reassentamento*. Maputo: Centro Terra Viva.

ARAÚJO, M. G. M. d. (2002). *Geografia dos povoamentos: uma análise dos assentamentos humanos rurais e urbanos*. Maputo: Livraria Universitária, UEM.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (2010). *Catembe: as razões do conflito entre famílias reassentadas e a Vale Moçambique*. Maputo.

CLARK, Dana (2000), *Resettlement: The World Bank's Assault on the Poor*, Washington: Center For International Environmental Law.

COMISSÃO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (2016). *Proposta de Relatório de Visitas da CNDH aos Bairros de Reassentamentos dos Distritos de Moamba, Boane e Katembe das famílias abrangidas pelo Projecto da Ponte Maputo Ka Tembe*. Não publicado.

KIAMBO; W. (2017) *Gender and equity questions in the policy and practice of involuntary resettlement due to the acquisition of land for large scale economic investments. A case study of two resettlement projects in Maputo Province, Mozambique*. Maputo: Centro Terra Viva.

LILLYWHITE, S., Kemp, D., & STURMAN, K. (2015). *Mineração, reassentamento e meios de vida perdidos: ouvindo as vozes das comunidades reassentadas em Mualadzi, Moçambique*. OXFAM: Melbourne.

MARCONI, M. de A.; & LAKATOS, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed., São Paulo: Editora Atlas.

MOSCA, J.; & SELEMANE, T. (2012). *Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete*. In: Brito, L. d., Castel-Branco, C. N., Chichava, S., Francisco, A. *Desafios para Moçambique 2012*, Maputo: IESE, pp. 231-255.

MOSCA; J.; & Selemene,T. (2012) “Mega-Projectos No Meio Rural, Desenvolvimento do Território e Pobreza, o Caso de Tete”. In António Francisco, Luís de Brito, Carlos Castel Branco e Sérgio Chichava (Org.) *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.pp.231-255.

NEGRÃO, J. C.; J e LOPES, L. (1797). *Impacto do Reassentamento populacional do pós-guerra no acesso as famílias rurais a terra, o caso do Zumbo*.

NOTICE, J.; OLIVEIRA, J. A. De; & TEODORO, M. A. (2015). *Rebuscar a problemática do reassentamento das populações vítimas das cheias em Moçambique*. XI Encontro nacional da ANPEGE.

OZAWA. (2018). Impactos sociais do reassentamento populacional na Catembe.

PEDRO, J. (2010). A fuga do campo para a cidade: O caso da África Subsaariana. 1ª Conferência da Rede de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos - Transportes, Desenvolvimento Urbano e Avaliação de Impactos. Lisboa: Fundação Cidade de Lisboa.

SILVA, R. R. B. (1994). *Programa de reassentamento opções de intervenção do estado*.

SIMMEL, G. (2002). *Cuestiones, fundamentales de sociologia*. Barcelona: Gedisa.

SOARES, G. A. (2016) *Os desafios da expansão urbana nos países em vias de desenvolvimento - o caso de estudo de Maputo-KaTembe*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

WORLD BANK OPERATIONS EVALUATION DEPARTMENT (2000), Involuntary Resettlement The Large Dam Experience. Precip: number 194

WET, Chis de (2006), Development-induced displacement – Problems, Policies and People. *Studies in forced Migration* - volume 18, s.l: Berghan Books

Website

DEUTSCHE; W. (2016). *Famílias insatisfeitas com indemnizações para a construção da ponte entre Maputo e Katembe*. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/fam%C3%ADlias-insatisfeitas-com-indemniza%C3%A7%C3%B5es-para-a-constru%C3%A7%C3%A3o-da-ponte-entre-maputo-e-katembe/a-19365764>. Acessado a 08 de Abril de 2021.

JORNAL DOMINGO (01.10.2014) Reassentamento inicia em Abril do próximo ano. Disponível em: <http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/sociedade/3844-reassentamento-inicia-em-abril-do-proximo-ano> acessado em: 08 de Abril de 2021.

MAPUTO SUL. Disponível em: <http://buluhe.com/home/ponte-maputo-katembe> Acessado em: 08 de Dezembro de 2017.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE MAPUTO SUL, E.P. (2016). Compilação de Actas do Processo de reassentamento dos bairros Malanga e Luís Cabral. Disponível: <http://www.ordeng.org.mz/pdf/Ponte%20Maputo%20-%20Katembe.pdf> acessado em: 08 de Abril de 2021.

SAPO NOTÍCIAS. (2012). Ponte Maputo/Katembe vai impulsionar desenvolvimento: Guebuza no lançamento da primeira pedra. Disponível em: <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/ponte-maputokatembe-vai-impulsionar-desenvolvimento-guebuza-no-lancamento-da-primeira-pedra> acessado em 08 de Abril de 2021.

WORLD CONSTRUCTION NETWORK. (2017). The Maputo-Catembe Bridge: 'the longest suspension bridge in Africa'. Disponível em <http://www.worldconstructionnetwork.com/features/the-maputo-catembe-bridge-the-longest-suspension-bridge-in-africa> acessado em: 08 de Abril de 2021.

APÊNDICE

Lista dos Entrevistados

Nome	Instituição/Morada	Cargo ou função	Data da entrevista
Salomão Sitóe	Tenga	Chefe do Quarteirão	24 de Maio de 2021
Lili Mhalane	Tenga	Moradora	17 de Maio de 2021
Ercílio Cossa	Tenga	Moradora	10 de Abril de 2021
Belinha Mahumane	Tenga	Morador	14 de Abril de 2021
Assane Paulo	Tenga	Morador	24 de Maio de 2021
Aida Albino	Tenga	Moradora	24 de Maio de 2021
Falicio Comé	Tenga	Morador	24 de Maio de 2021
Lina Ernesto	Tenga	Moradora	24 de Maio de 2021
Olga Jalane	Tenga	Moradora	24 de Maio de 2021
Inácio Gomes	Tenga	Morador	24 de Maio de 2021
Helder David	Tenga	Morador	24 de Maio de 2021
Titos Manuel	Tenga	Morador	24 de Maio de 2021
Gertrudes Manguel	Tenga	Moradora	24 de Maio de 2021

Custódio Gaspar	Tenga	Morador	24 de Maio de 2021
Sumbi Zunguene	Tenga	Moradora	24 de Maio de 2021
Otilia Dimande	Tenga	Moradora	24 de Maio de 2021
Hilário Esmael	Tenga	Morador	24 de Maio de 2021
Banvida Nhantumbo	Tenga	Moradora	24 de Maio de 2021
Faustino Fausto	Tenga	Morador	24 de Maio de 2021
Américo Nhantubo	Tenga	Morador	14 de Abril de 2021
Gildo Omar	Tenga	Morador	14 de Abril de 2021
Brígida Inguana	Tenga	Moradora	14 de Abril de 2021
Temóteo Cástro	Tenga	Morador	14 de Abril de 2021
Mónica Xavier	Tenga	Moradora	14 de Abril de 2021
Bruno Boene	Tenga	Morador	14 de Abril de 2021
Benigma Mondlane	Tenga	Moradora	14 de Abril de 2021
Fenias Moiane	Tenga	Morador	14 de Abril de 2021
Samissone David	Tenga	Morador	14 de Abril de 2021
Selma Vasco	Tenga	Moradora	14 de Abril de 2021

Teodório Jaime	Tenga	Morador	14 de Abril de 2021
Quito Marcos	Tenga	Morador	14 de Abril de 2021
Anastância Mondlane	Tenga	Moradora	10 de Abril de 2021
Érica Machava	Tenga	Moradora	10 de Abril de 2021
Gésica Jamisse	Tenga	Moradora	10 de Abril de 2021
Jacinta Dias	Tenga	Moradora	10 de Abril de 2021
Marta Manuel	Tenga	Moradora	10 de Abril de 2021
Maria Olimpio	Tenga	Moradora	10 de Abril de 2021
Minolta Moiane	Tenga	Moradora	10 de Abril de 2021
Marisa Moiangá	Tenga	Moradora	10 de Abril de 2021
Tanvasse Mungoi	Tenga	Moradora	10 de Abril de 2021